



ÁGUAS
DO LENA

2018
RELATÓRIO
E CONTAS

Águas do Lena, S.A.

ÍNDICE

ÍNDICE	2
SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	6
BREVE HISTORIAL	6
Estrutura Acionista	7
Órgãos Sociais	7
MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	8
MISSÃO	8
VISÃO	8
VALORES	8
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	8
SÍNTESE DA ATIVIDADE EM 2018	10
ENVOLVENTE EXTERIOR	10
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	10
ENQUADRAMENTO DO SETOR 2018	12
ENQUADRAMENTO LOCAL	17
Recursos Humanos	19
Regras Societárias	20
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2018	20
Factos Relevantes	20
Desempenho do Sistema	22
ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA	29
Análise de Gastos e Rendimentos	29
Análise do Balanço	31
Indicadores	32
PERSPETIVAS PARA O FUTURO	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
OUTRAS INFORMAÇÕES	35
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	36
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018 E RESPETIVO ANEXO	37



SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

Indicadores Financeiros

		2016	2017	2018
Capital Social	Eur	625 000	625 000	625 000
Capital Próprio	Eur	731 144	886 585	909 421
Ativo Líquido Total	Eur	1 584 790	1 644 758	1 626 590
Investimento	Eur	45 910	46 588	24 818
Volume de Negócios	Eur	1 120 797	1 197 470	1 197 161
EBITDA Ajustado (<i>Cash Flow</i> Operacional)	Eur	318 316	368 394	334 794
EBIT (Resultado Operacional)	Eur	202 670	200 967	26 523
Resultados Antes de Impostos	Eur	186 838	200 740	29 884
Resultado Líquido do Exercício	Eur	144 808	155 441	22 835
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	19,81%	17,53%	2,51%
Rentabilidade do Ativo	%	9,14%	9,45%	1,50%
Autonomia Financeira	%	46,14%	53,90%	59,57%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	nº	14	13	14

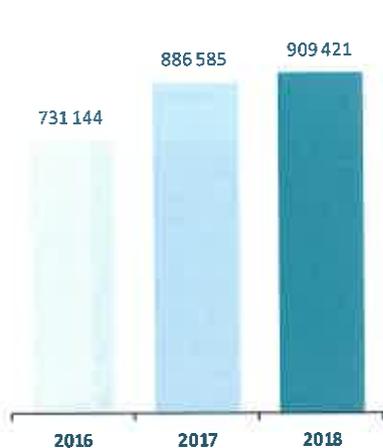
Indicadores de Atividade

		2016	2017	2018
Nº de Clientes	nº	7 780	7 861	7 924
Nº de Municípios Abastecidos	nº	1	1	1
Área Geográfica Abrangida	Km ²	100	100	100
População Residente na Área Abrangida	nº	15 805	15 805	15 805
População Servida	nº	15 647	15 647	15 647
Volume de Água Disponível (I)	(10 ³ m ³)	1 161	1 233	1 206
Volume de Água Vendida	(10 ³ m ³)	906	997	936

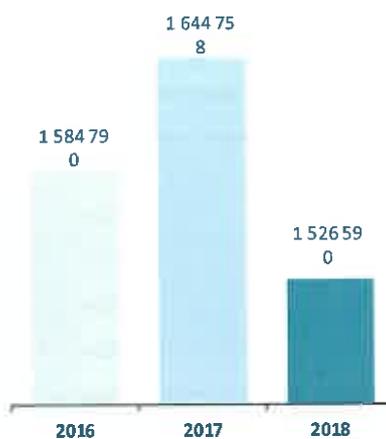
(I) Produzida + Comprada. Em 2018 a água comprada corresponde a 24,4% da água disponível



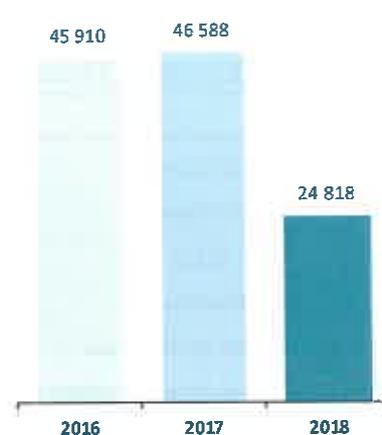
Capital Próprio (€)



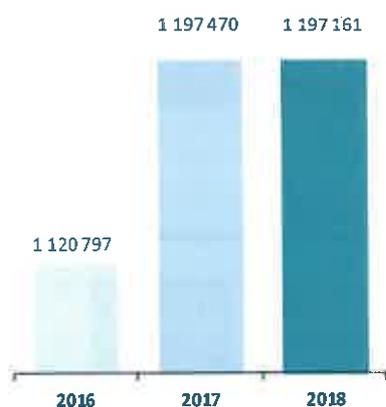
Ativo Líquido Total (€)



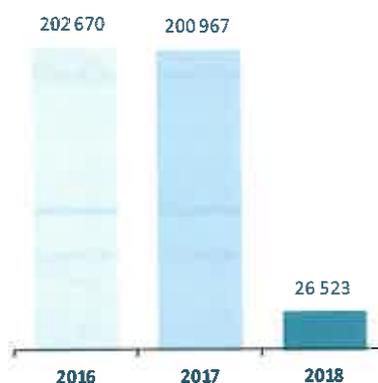
Investimento (€)



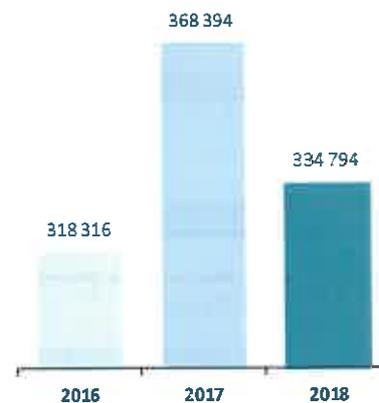
Volume de Negócios (€)



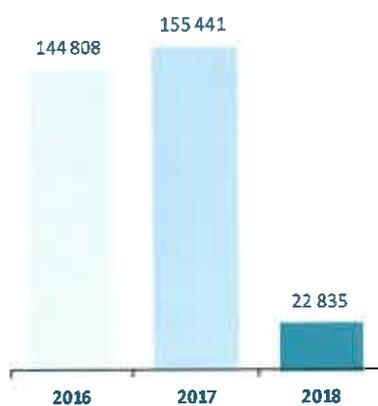
EBIT (Resultado Operacional) (€)



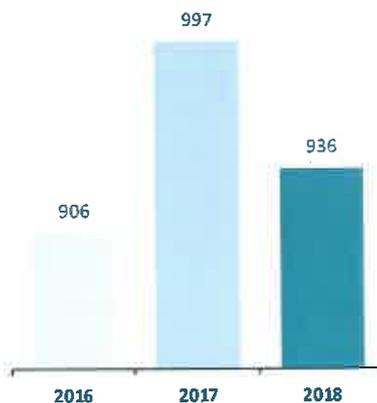
EBITDA Ajustado (Cash Flow Operacional) (€)



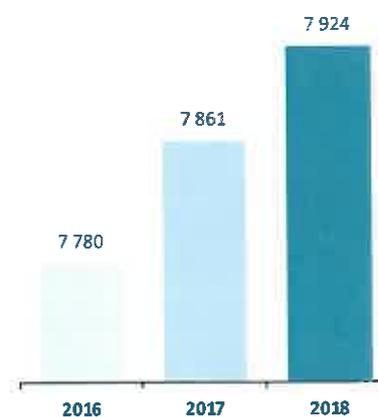
Resultado Líquido do Exercício (€)



Volume de Água Vendida (x1000 m3)



Nº de Clientes



fat
R
fs

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Águas do Lena registou em 2018 mais uma vez um ligeiro aumento de clientes, o que demonstra um fator positivo para a região, relacionado com a capacidade que o Município tem tido em fixar novos habitantes no Concelho.

Durante o ano foram desenvolvidas várias ações de comunicação, principalmente junto dos mais jovens que visaram manter uma grande aproximação da empresa às comunidades locais, garantir o envolvimento da população com as questões ambientais e alertar para a necessidade premente de preservar os recursos hídricos.

A qualidade de serviço, decorrente da avaliação por parte da Entidade Reguladora, continua a alcançar níveis de excelência, demonstrando uma permanente dedicação à qualidade de vida das populações servidas, dedicação esta que é transversal a toda a organização.

Durante o ano de 2018 continuámos a apostar em cada vez mais estarmos junto dos nossos clientes e ir ao encontro das suas necessidades, alargando os canais de cobrança disponíveis e as formas de contacto com a empresa. O Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) entrou em vigor e a empresa empenhada no respeito pela privacidade e confidencialidade dos dados dos seus clientes adaptou os seus procedimentos a esta exigência legal e disponibilizou a sua Política de Privacidade e Proteção de Dados nos seus balcões de atendimento e na sua página da internet.

A empresa é um exemplo de projeto de sucesso a nível nacional, que demonstra que o trabalho em conjunto de diversas entidades privadas e públicas traz eficiência e resultados muito positivos para o bem das comunidades locais.

A Águas do Lena tem grande orgulho em servir os seus clientes com elevados padrões de qualidade, em parceria com o Município da Batalha e com as inúmeras entidades que ajudam a que o nosso trabalho se torne cada vez melhor.

O Presidente do Conselho de Administração



Paulo Jorge Almeida Oliveira



APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

BREVE HISTORIAL

A Águas do Lena, S.A. foi constituída em 1996 na sequência do Concurso Público Internacional para a Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha.

O contrato de concessão foi assinado a 24 de janeiro de 1997 em regime de concessão exclusiva por um período de vigência de 15 anos.

A 29 de dezembro de 2010 foi assinado o 1º aditamento ao contrato de “Concessão da Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água do Concelho da Batalha” com extensão do período da concessão por mais 8 anos a contar do dia seguinte ao término do período do contrato inicial (23/01/2012). Com o referido aditamento a concessão passou a um período de vigência de 23 anos que culminará a 23/01/2020.

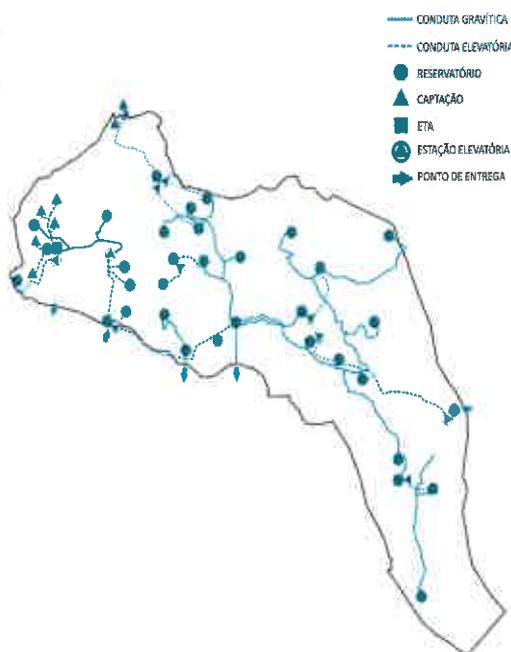
Em 2018 a Águas do Lena S.A., completou com grande orgulho 21 anos de existência dedicado ao serviço público na sua vertente ambiental de distribuição de água para consumo humano.

Desde o início da concessão a Águas do Lena, S.A. tem vindo a cumprir integralmente as suas obrigações decorrentes deste contrato, no interesse e satisfação do Concedente, da Câmara Municipal da Batalha, e dos Municípios a quem presta a seu serviço.

A empresa **Águas do Lena S.A.** foi constituída em 15 de Novembro de 1996, com um capital de 625.000€, actualmente detido na sua totalidade, pela **AQUAPOR**, em resultado da adjudicação do concurso público internacional para a: “Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento, e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha”, tendo o contrato de concessão sido assinado em 24 de Janeiro de 1997, por um período de 15 anos. Em Dezembro de 2010 ocorreu o aditamento ao contrato, com a prorrogação por mais 8 anos.



Municípios Abrangidos
Batalha
População Abrangida
16 mil habitantes
Taxa de Atendimento
99% da população
Principais Infraestruturas
8 Captações próprias
2 Pontos de Entrega (compra)
2 Pontos de Entrega (venda)
9 Estações Elevatórias
34 Reservatórios (5.725 m³)
213 km de rede



Handwritten signature

Estrutura Acionista

A Águas do Lena é uma empresa com um capital de 625.000 euros, detida a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A.

A empresa está inscrita na Conservatória do Registo Comercial da Batalha com o NIP 503778559 e tem sede em Lote 10 Célula B – 2440 Batalha.

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral:

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;
Dr.ª Joana Sofia Lopes Gonçalves Névoa – Secretária.

Conselho de Administração:

Eng. Paulo Jorge Almeida Oliveira – Presidente;
Dr. José António Ferreira dos Santos – Vogal;
Dr. Joaquim de Jesus Carmo Gomes – Vogal.

Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. representado por
Dr. Paulo Jorge Luís da Silva
Suplente do Fiscal Único: Dr. Luís Miguel Gonçalves Rosado.



MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água de forma eficiente, garantindo a quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

VISÃO

Representar a Aquapor na região, dando à marca Águas do Lena uma conotação de prestígio, confiança e preservação ambiental.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes na qualidade de água fornecida e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

VALORES

A Águas do Lena pretende manter uma cultura própria - transversal ao grupo Aquapor - através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Responsabilidade Social;
- Estabilidade e Qualidade no Serviço.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global

- Garantir a satisfação de todos os *Stakeholders*;
- Concedente: cumprimento integral do contrato e manter o relacionamento institucional;
- Clientes: garantir o fornecimento do produto “água” em qualidade e quantidade;
- Fornecedores: garantir boas relações comerciais e institucionais;

- Colaboradores: garantir a implementação da cultura da empresa;
- Estado: cumprir com toda a legislação e regulação da atividade do negócio;
- Acionista: garantir resultado líquido satisfazendo o investimento.

Recursos Humanos

- Motivar, envolver e dinamizar cada colaborador na concretização de um projeto que é de todos;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação;
- Assegurar o cumprimento do regulamento de Prevenção e Controlo de problemas relacionados com o consumo excessivo de álcool;
- Promover e implementar boas práticas a nível da segurança e saúde no trabalho, assegurando o cumprimento da legislação em vigor;
- Desenvolver uma cultura de mérito nos colaboradores, através de um sistema de avaliação de desempenho, que potencia a sua responsabilização nos resultados obtidos, através de objetivos alinhados com os objetivos estratégicos da empresa.

Área Técnica

- Melhorar as condições de distribuição de água ao Concelho, com investimentos ao nível do Sistema de Abastecimento;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Reduzir as perdas na rede de água;
- Aumentar a eficiência hídrica e energética;
- Manter os níveis de qualidade da água distribuída na torneira do consumidor.

Área Comercial

- Promover a excelência na qualidade dos serviços prestados aos clientes finais e ao Município da Batalha;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado;
- Aumentar a confiança dos clientes nos serviços assegurados pela empresa.

Área Financeira

- Maximizar a criação do valor;
- Maximizar os rendimentos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura;
- Minimizar os custos operacionais;
- Maximizar a liquidez da empresa.

SÍNTESE DA ATIVIDADE EM 2018

ENVOLVENTE EXTERIOR

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Geral

Depois de uma aceleração da atividade mundial em 2017, no ano de 2018 o ritmo de crescimento manteve-se mais moderado, mas mais diferenciado entre países. No grupo das economias avançadas o crescimento homólogo do PIB real diminuiu, mas manteve uma taxa de crescimento elevada nas economias de mercado emergentes.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro negativas para os valores de referência a três meses com aumento de 0.006p.p e a seis meses com redução de 0.007p.p.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2016	2017	2018
Euribor 1M	-0,37%	-0,37%	-0,37%
Euribor 3M	-0,32%	-0,33%	-0,32%
Euribor 6M	-0,22%	-0,26%	-0,27%
Euribor 12M	-0,08%	-0,15%	-0,18%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O **preço do petróleo** apresentou alguma volatilidade ao longo de 2018. Com tendência ascendente nos primeiros nove meses do ano e uma queda acentuada superior a 24% face ao ano anterior no último trimestre do ano. O preço do petróleo em média em 2018 situou-se em 60.2Euros/Barril.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, o aumento do preço do petróleo tem um impacto negativo sobre o crescimento do PIB, através do aumento dos preços da importação de matérias primas, de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços no consumidor reflete quer o efeito direto proveniente do aumento do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante do aumento do custo de produção de outros bens.

Portugal

Em 2018, a economia portuguesa prosseguiu a trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração. Estando o crescimento do PIB alinhado com as publicações para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE).



Em 2018, o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** registou uma variação média anual de 1%, o que representa uma redução de 0.4p.p face aos valores de 2017.

A taxa de variação média anual do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** situou-se em 1.2%, (redução de 0.4p.p. face ao ano de 2017).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2016	2017	2018
PIB	1,5%	2,8%	2,1%
IPC	0,6%	1,4%	1,0%
IHPC	0,6%	1,6%	1,2%
Desemprego	11,1%	8,9%	7,0%
Consumo Privado*	2,1%	2,3%	2,3%
Consumo Público*	0,6%	0,2%	0,7%
Exportações*	4,1%	7,8%	3,6%
Importações*	4,1%	8,1%	4,1%

Fonte: Banco de Portugal e INE
* Dados Dezembro de 2018

A taxa média de **desemprego** em 2018 ascendeu a 7%, menos 1.9p.p. do que no ano anterior.

A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra uma redução na Baixa Tensão:

	2016	2017	2018
Média Tensão	165	167	167
Baixa Tensão Especial	180	182	181
Baixa Tensão Normal	150	152	151

Fonte: ERSE;

Em 2018, verificou-se uma desaceleração de 0.7p.p. do crescimento do PIB real (2.1%) relativamente ao valor registado em 2017 (2.8%). A procura interna mantém-se como a principal força de crescimento económico embora o seu contributo tenha reduzido face a 2017. Esta evolução assenta sobretudo no abrandamento do Investimento, atenuado ligeiramente por uma aceleração do crescimento real do consumo público (de 0.2% em 2017 para 0.7% em 2018) e pela estabilização do crescimento do consumo privado em 2.3% em parte pelo aumento do rendimento disponível das famílias resultante do crescimento do emprego e dos salários.

ENQUADRAMENTO DO SETOR 2018

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

Portugal - Atividade do Setor

Existem atualmente em Portugal 435 entidades gestoras, das quais 270 com atividade de abastecimento público de água, excluindo-se cerca de 61 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores, 269 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 278 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2018), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No panorama dos serviços de abastecimento de água em alta, o Grupo Aquapor destaca-se por deter a única concessão municipal atribuída no setor.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Nos serviços de saneamento de água em alta, o Grupo Aquapor destaca-se por deter uma das duas concessões municipais atribuídas no setor.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	1	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	1	-	-
Serviços Municipais	1	-	-
TOTAL	12	12	23

Fonte: ERSAR, RASARP, 2018

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 319 entidades no abastecimento de água e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 8 e 5 modelos de gestão, respetivamente.



Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo 2,9 milhões de habitantes e 183 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes e 22 concelhos, as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes e 33 concelhos, e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,6 milhões de habitantes e 190 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes, em 21 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	28	23	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23	18
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	61	-	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	19	7
Serviços Municipais	183	190	228
TOTAL	319	257	255

Fonte: ERSAR, RASARP, 2018

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento de água em baixa, entre as 28 concessões existentes, a Aquapor detém 10, representando 40,74% em termos do número de alojamentos servidos por concessões, a que se acresce a Luságua Lisboa que faz a gestão da área do Porto de Lisboa.

Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m ³)	Água não facturada (%)
GRUPO AQUAPOR	10	394	53.547	17,49%
Concessões Municipais	28	968	111.944	18,37%
País	258	5.594	849.414	30,22%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2018



No que se refere à acessibilidade física dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP 2018), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade ao serviço de saneamento de águas residuais em áreas mediantemente urbanas, considerado apenas como mediano.

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa		Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	97%
Área mediantemente urbana	95%	Área mediantemente urbana	82%
Área predominantemente rural	92%	Área predominantemente rural	70%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2018

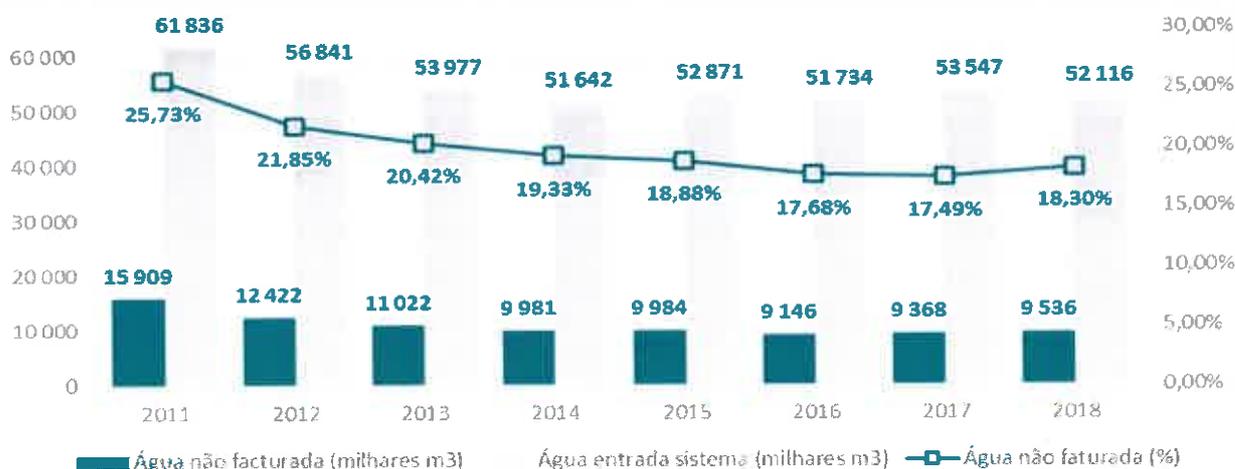


Quanto a água não faturada, segundo o RASARP 2018, a média continental foi de 30,2%, enquanto que a média do Grupo Aquapor foi de 18,3%.

A tabela seguinte reflete a evolução do Grupo Aquapor ao longo dos últimos anos.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 547	52 116
Água não facturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 368	9 536
Água não facturada (%)	25,73%	21,85%	20,42%	19,33%	18,88%	17,68%	17,49%	18,3%
Clientes (Nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407	385 536

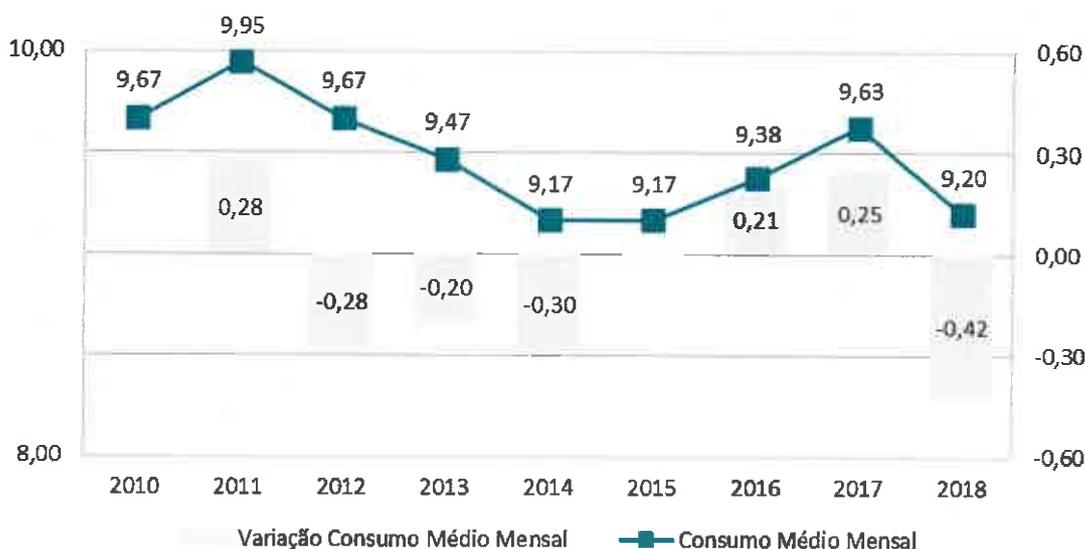
(*) Valores em milhares m³



Comparando a evolução da água não faturada com a média do País dos últimos anos:



Quanto ao consumo, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um decréscimo de 0,42 m³/Cliente/mês, situando-se em 9,20 m³/Cliente/mês:

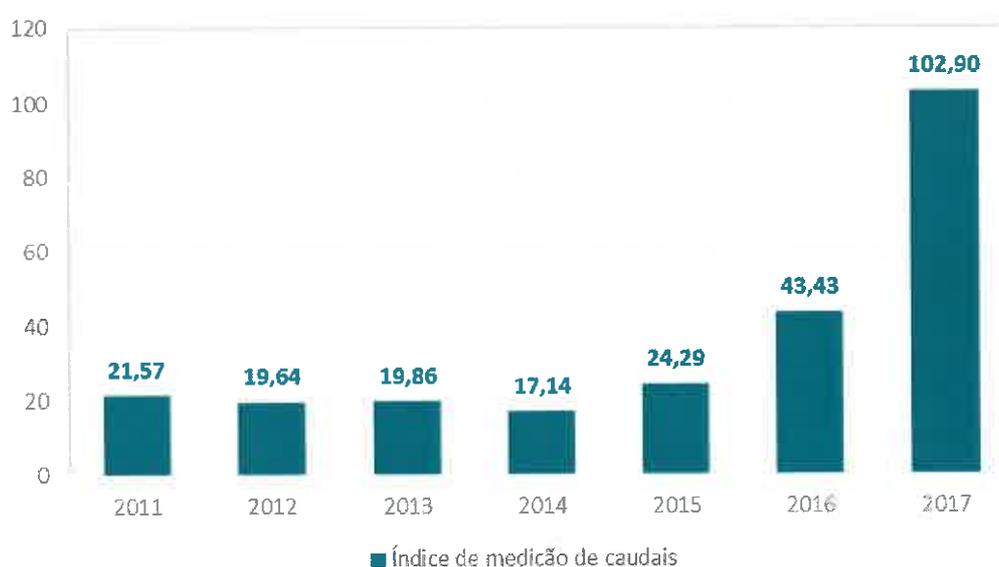


Na vertente de águas residuais, o Grupo Aquapor tem realizado um investimento considerável a diversos níveis, desde a reabilitação e renovação de infraestruturas, passando pela criação e aquisição de equipamentos e ferramentas de suporte e gestão, até à valorização de competências e conhecimento dos seus técnicos. Este esforço é traduzido pela melhoria de alguns indicadores da atividade, entre os quais (valores de 2018 ainda não disponíveis):

Handwritten signatures and initials in blue ink.



	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ocorrência de inundações [n.º/(1000 ramais . Ano)]	2,65	2,59	1,41	1,22	1,26	0,99	1,07
Ocorrência de colapsos estruturais em coletores [n.º/(100 km . ano)]	2,29	2,74	2,07	2,01	1,71	1,59	1,21
Controlo de descargas de emergência (%)	63,0%	44,6%	47,7%	47,9%	51,0%	68,0%	80,0%
Índice de medição de caudais	21,57	19,64	19,86	17,14	24,29	43,43	102,90




ENQUADRAMENTO LOCAL

Fundado em 18 de março do ano 1500, o Município da Batalha ocupa uma área cerca de 104 km², sendo limitado a norte e oeste por Leiria a Leste por Ourém, a sueste por Alcanena e a sudoeste por Porto Mós. No município da Batalha a população é agora de 15.805 habitantes, o que representa um incremento de cerca de 5,4% face a 2001.

No mesmo período, o número de alojamentos aumentou em 1509, existindo agora um total de 8.335 fogos.

A Águas do Lena é Concessionária por um período de 23 anos, em regime de exclusividade do sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha.

A concessão de abastecimento de água potável tem uma cobertura de serviço de cerca de 100%, servindo um município com cerca de 16 mil habitantes com grande dispersão geográfica.

O segmento mais importante da nossa atividade situa-se no consumidor doméstico (59,2% de água faturada), sendo o seu perfil de consumos ao longo do ano mais ou menos uniforme, com um consumo médio diário de 96,1 L/hab.

A implantação comercial e industrial tem um peso de 8,5% no número de contratos e 13,5% no volume de água vendida, correspondendo ao segundo segmento mais importante da nossa atividade.

As origens de abastecimento de água do sistema são do tipo Subterrâneas e Superficiais. O abastecimento à região do planalto de S. Mamede é assegurado pelo fornecimento em alta (tipo superficial) a partir da EPAL, sendo o restante município abastecido maioritariamente a partir de captações subterrâneas do próprio sistema e uma pequena parte pelo Município de Porto Mós de origem igualmente subterrânea.

É também fornecida água em alta ao Município de Porto Mós a partir do sistema de captação da zona dos Pinheiros que representa 16,4 % da água faturada.



Handwritten signature

A água fornecida à população apresenta um excelente padrão da qualidade, tendo-se registado uma percentagem de cumprimento de valores paramétricos de 100% relativo ao número de análises regulamentares.

As infraestruturas, assim como a rede de abastecimento são antigas, carecendo de investimentos que se encontram previstos no âmbito do plano de investimentos bianual fornecido pela Concessionária à Concedente. A concessionária tem, no entanto, vindo a fazer um esforço na sua modernização ao nível dos grupos de elevação, manutenção e renovação dos reservatórios, estações elevatórias e edifícios de apoio.

Regulação

A atividade desenvolvida no âmbito da concessão da exploração do sistema de abastecimento de água do concelho da Batalha está regulada por:

- **Contrato de Concessão**, celebrado entre esta e a Concedente – Câmara Municipal da Batalha – na sequência de Concurso Público Internacional para a Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha.

- O **Regulamento Municipal** do Sistema Público e Predial de Distribuição de Água do Concelho da Batalha que estabelece e define as regras e condições a que deve obedecer o sistema de distribuição público e predial de água do concelho da Batalha, de forma que seja assegurado o seu bom funcionamento, preservando-se a segurança e saúde pública, bem como as relações entre a Câmara Municipal da Batalha, a concessionária e os clientes.

Com a entrada em vigor do Decreto – Lei nº 194/2009 de 20 de agosto e a Portaria nº34/2011 de 13 de janeiro este regulamento foi revisto à Luz dos referidos diplomas, parecer da entidade reguladora ERSAR e apreciação da Concedente. A sua entrada em vigor encontra-se pendente da adaptação do contrato ao referido decreto – lei.

- O **Tarifário de Abastecimento de Água**, que constitui outro instrumento de regulação da atividade, é revisto com uma periodicidade anual com base na fórmula de revisão de preços constante no contrato e entra em vigor após a sua aprovação pela Câmara Municipal da Batalha, sendo igualmente remetido à entidade reguladora ERSAR.

- Pela **Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos**, (ERSAR), entidade reguladora de todos os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e a autoridade competente para a qualidade de água para consumo humano.

Esta entidade realiza anualmente o ciclo de avaliação de desempenho das entidades gestoras, que decorre com o envio dos dados até 31 de março, posterior auditoria da ERSAR e validação final após contraditório. Em 2017 a ERSAR deu continuidade à avaliação de desempenho referente ao ano de 2016, que é publicamente divulgada pela ERSAR através o RASARP.

Com uma periodicidade anual, a Águas do Lena, enquanto entidade de Gestora, tem a responsabilidade de submeter em setembro de cada ano à aprovação da ERSAR os Planos de Controlo da Qualidade da Água para o ano seguinte relativo ao fornecimento em alta e em baixa.

- **Autoridade Concelhia de Saúde.** A atuação desta entidade abrange a atividade da concessão, através da vigilância sanitária da qualidade da água fornecida pela Águas do Lena, que é feita de modo regular ao longo do ano. Para além dos ensaios realizados à água distribuída à população, a autoridade de saúde reúne-se periodicamente com a Águas do Lena.

Em 2012 a comunicação de incumprimentos passou a ser realizada através de uma nova metodologia, conforme solicitação da Unidade de Saúde Pública -ACES Pinhal Litoral II, que até aquela data era realizada à Autoridade Saúde Local.

A partir de agosto de 2012 a Águas do Lena, reporta os incumprimentos verificados, bem como o seu seguimento e fecho, ao Delegado de Saúde do ACES Pinhal Litoral II, visando assim uma articulação direta com a unidade central, que avalia este tema.

Não obstante, este novo procedimento, a Águas do Lena mantém a comunicação simultânea à Autoridade de Saúde Local, mantendo a boa cooperação existente com essa entidade.

- **Agência Portuguesa do Ambiente**— Entidade que supervisiona a gestão dos recursos hídricos. Com uma periodicidade anual a Águas do Lena tem a responsabilidade de reportar o volume de água captado no ano anterior e o os resíduos produzidos no âmbito da atividade.

Para além das entidades anteriormente referidas, a atividade da empresa é também demarcada por contratos existentes com os seus clientes, de distribuição em “baixa” e em “alta” (Município de Porto de Mós), e fornecedores, assim como pela sua política de valores técnicos, ambientais e de responsabilidade social.

Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2018 a empresa tinha 14 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

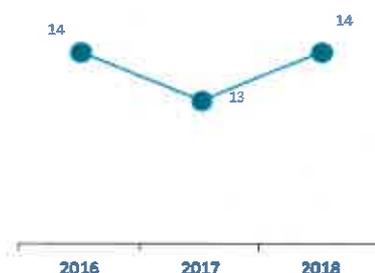
Colaboradores

	2016	2017	2018	Var. %
Contrato sem Termo	13	12	12	0%
Contrato Termo Certo	1	1	2	100%
Total	14	13	14	8%

Saídas e Admissões

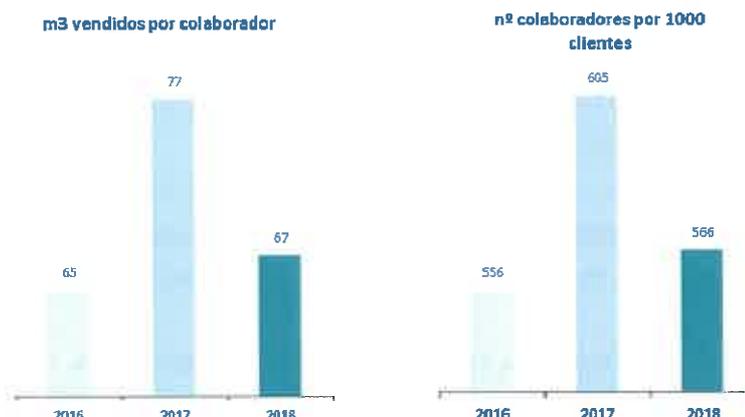
	2016	2017	2018	Var. %
Admissões	0	2	1	-50%
Saídas	0	3	0	
Total	0	(1)	1	-200%

Evolução nº Colaboradores



O número de colaboradores aumentou em relação ao ano anterior, registando-se uma admissão.

Em termos de eficiência dos recursos humanos verifica-se de 2017 para 2018, uma redução ao nível dos m³ vendidos por n.º de colaborador e igualmente uma redução do rácio n.º de colaboradores por cada 1000 clientes.



Regras Societárias

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo trezentos e setenta e seis do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne mensalmente. A gestão corrente da sociedade é realizada por um Administrador Executivo.

As regras definidas pela AQUAPOR, através das comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2018

Factos Relevantes

A **Águas do Lena** completou em 2018, **21 anos** de serviço público no concelho da Batalha.

Em 2018 a **Águas do Lena** foi mais uma vez distinguida pela Entidade Reguladora de Águas dos Serviços de Águas e Resíduos – ERGAR com o “**Selo da Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano**” pela qualidade da água fornecida aos seus clientes.





Ainda na temática da qualidade da água, em 2018 a Águas do Lena deu continuidade à revisão do Plano de Segurança da Água (PSA) que estava a ser implementado no sistema de abastecimento do concelho da Batalha e cuja revisão resultou da necessidade de adaptar o PSA à estratégia definida pela OMS, designadamente em harmonizar a implementação dos planos de segurança enquadrados em análise de riscos.

No domínio da **gestão de infraestruturas**, a Águas do Lena procedeu a várias intervenções de reabilitação e beneficiação de reservatórios e estações elevatórias, instalação/substituição da válvula de seccionamento e ventosas na rede de abastecimento, revisão de redutoras de pressão, renovação de ramais de água e modelação de pressões na rede.



Edifícios de apoio às captações JK3 e JK4 (superior) e ETA dos Pinheiros (inferior)



Teto do Reservatório da Rebolaria (antes e depois)

Handwritten signature and initials in blue ink.

A empresa deu continuidade à sua política de renovação do parque de contadores de acordo com a sua antiguidade, intensificando por outro lado a ações de fiscalização ao estado de funcionamento dos mesmos de forma a identificar mais atempadamente contadores que não estejam em perfeitas condições de funcionamento.

Por outro é de realçar a inversão na tendência da redução do **número de cliente** pelo terceiro ano ao consecutivo, com impacto mais significativo na classe doméstica, tendo-se em 2018 registado o maior aumento do número de clientes do último triénio.

Por outro lado, na área da gestão de clientes de destacar a seguintes ações:

- A adesão à fatura eletrónica apresenta uma evolução positiva, registando-se em 2018 um crescimento de 4,02 p.p. (de 13,62% para 17,64%) face a 2017.
- A adesão ao débito direto, registando-se um incremento de 4,1%, mais 158 contratos por débito direto do que em 2017.

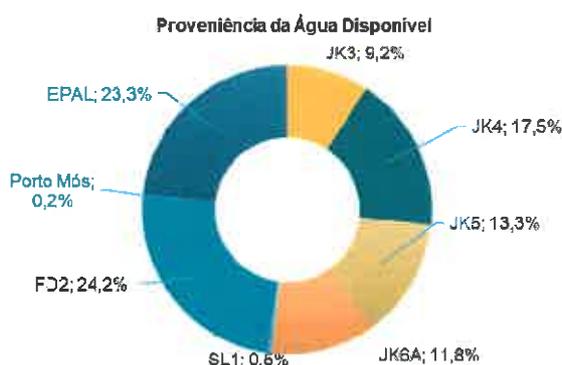
Desempenho do Sistema

Durante o ano de 2018 o volume de água captado pela Águas do Lena foi de 912 424 m³ representado uma redução do volume de 3,30 % no volume de água de origens próprias em relação a 2017 (943 516 m³).

Em termos de água adquirida à EPAL, registou-se um volume de água de 293 966 m³, sensivelmente o mesmo volume que em 2017 (289 771 m³).

Nos gráficos seguintes são apresentadas as contribuições percentuais de cada origem, seja captada ou adquirida a terceiros.

Ano 2017:

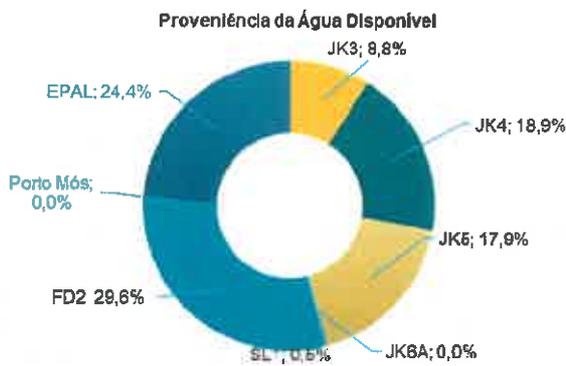


Água Produzida vs Água Comprada



Ano 2018:





Água Produzida vs Água Comprada



Constata-se que as origens próprias têm um peso de 75,6 %, enquanto a água adquirida a outras entidades é de 24,4 %.

Já em relação ao rendimento do sistema, regista-se um aumento de água não faturada face ao ano anterior de 3,26 p.p. correspondendo a um volume de 34 210 m³.

Gestão dos Ativos

Para assegurar o rendimento da rede e o desenvolvimento do sistema de abastecimento, e globalmente a qualidade do serviço, no decorrer de 2018 foram promovidas diversas intervenções nas vertentes técnico-operacional, económico-financeira, comercial e organizacional.

Na vertente técnica – operacional destacam-se a gestão da água aduzida ao sistema no sentido de assegurar o consumo dos caudais mínimos estabelecidos contratualmente, bem como os investimentos realizados pela Águas do Lena, na rede de abastecimento ao nível da modelação da pressão na rede, pela instalação de andares de redução de pressão, sectorização da mesma pela instalação de válvulas de seccionamento, instalação de contadores gerais e beneficiação de infraestruturas.

A nível de intervenções na rede, regista-se a instalação de 6 válvulas de seccionamento e 5 substituições.

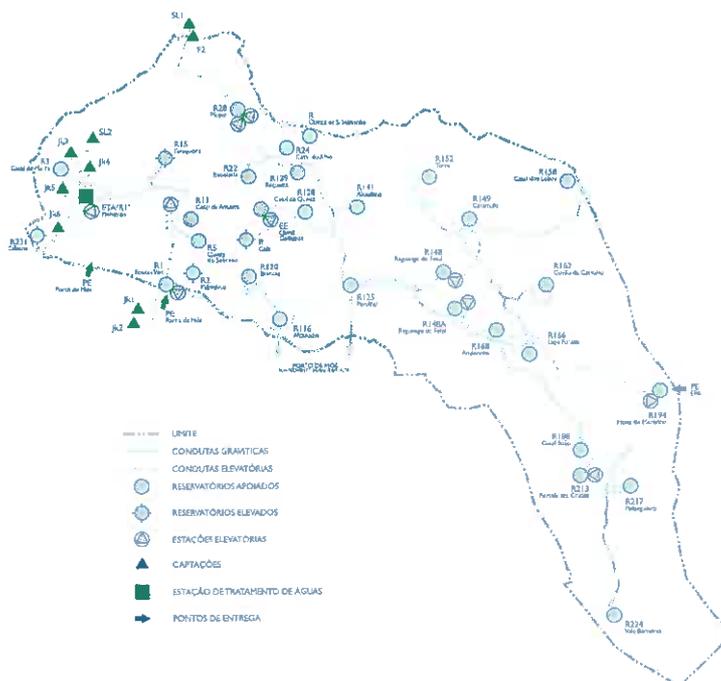
Foram também renovados 96 ramais de água ao longo da rede de abastecimento, representado 1,3% do total de ramais.

Em termos de reparação de roturas, em 2018 registaram-se 82 reparações em conduta e 96 em ramais, perfazendo um total de 178. Comparativamente com o ano anterior, em 2018 registou-se uma redução no número de roturas em 7,3 %, com especial incidência nas condutas.

O parque de contadores foi renovado em cerca de 1,9 % do total de contadores instalados o que corresponde a 150 substituições de contadores.

Na vertente comercial e organizacional, destaca-se a manutenção dos métodos de controlo de perdas físicas e comerciais e das atividades de inspeção com especial incidência nos clientes com consumo zero, e seguimento de contratos com maior consumo.

Esquema de abastecimento de água ao Concelho da Batalha



Perdas de Água

Em 2018 registou-se uma percentagem de perdas de água de 22,4% que face a 2017 (19,1%) traduziu-se num incremento de 3,26 p.p. Contudo ao longo do ano deu-se continuidade a um conjunto de ações iniciadas em 2015 que incidiram essencialmente em:

- Instalação de contadores gerais;
- Determinação da percentagem de perdas por áreas com base na água faturada;
- Monitorização de consumos noturnos, onde a percentagem de perdas de água assume valores mais relevantes;
- Campanha de deteção de roturas na rede de abastecimento que incidiram em 16 localidades do Concelho.
- Instalação válvulas de seccionamento para uma melhor sectorização da rede;
- Instalação de VRP para regularizar a pressão na rede;
- Instalação de ventosas ao longo da rede;
- Renovação parcial do parque de contadores;
- Reforço das ações de fiscalização com especial incidência nos clientes com consumo zero;
- Monitorização mensal dos Maiores consumidores.

A Águas do Lena, em 2019 irá dar continuidade aos trabalhos de determinação de percentagem de perdas de água por área de faturação e monitorização dos consumos noturnos de forma a identificar e centralizar-se nas áreas geográficas onde a percentagem de perdas de água assume valores mais relevantes. Por outro lado, irá dar igualmente continuidade ao estudo do histórico de consumos de clientes e reforçar a atividade de inspeção. Com estas ações pretende-se melhorar o rendimento da rede.



Volume de Água (m³)

	2016	2017	2018	Var. %
Água Disponível (I)	1 160 945	1 233 287	1 206 360	-2%
Água Vendida	905 759	997 471	936 364	-6%
Perdas % (II)	22,0%	19%	22%	3,3 p.p.

(I) Produzida + Comprada (em 2018 a água comprada corresponde a cerca de 24,4%)

(II) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional



Qualidade da Água para Consumo Humano

A Qualidade da Água continua a ser um ponto com um excelente padrão de qualidade no concelho da Batalha, verificando-se total cumprimento dos valores paramétricos obrigatórios estabelecidos na legislação correspondendo a 100% de água segura, na Entidade Gestora em Baixa.

A atividade de monitorização da qualidade da água desenvolveu-se de acordo com o programa de controlo de qualidade da água (PCQA), que compreende a vertente do controlo legal como entidade gestora em Baixa, anualmente aprovada pela ERSAR, e a vertente de controlo operacional.

O programa de controlo da qualidade da água (Entidade Gestora em Baixa) estabelecido de acordo com o Decreto-Lei n.º 152/2017 de 7 de dezembro foi totalmente cumprido mediante a realização de 48 controlos de rotina I, 18 controlos de rotina II e 4 Controlos de inspeção.

Em termos de resultados analíticos, em 2018 não se registaram incumprimentos aos parâmetros obrigatórios, realizados pela Entidade Gestora em Baixa, num total de 631 determinações regulamentares realizadas em 50 pontos de amostragem.

Numa vertente complementar foi desenvolvido um programa de controlo operacional, com o objetivo de rastrear a qualidade da água de modo mais abrangente, permitindo assim atuar de modo preventivo no processo de controlo da qualidade da água, promovendo a melhoria contínua.

Foram assim realizados um conjunto de ensaios, que permitiram, otimizar o doseamento do agente desinfetante e avaliar a qualidade da água na etapa de armazenamento.

Handwritten signatures and initials:
 Jaf
 X
 Jay

O controlo operacional envolveu a realização de controlos de rotina I em 28 reservatório do sistema, medições de teor de cloro ao longo da rede e nos pontos de cloragem.

Do controlo analítico realizado aos reservatórios do sistema registaram-se 56 determinações, tendo-se obtido resultados de acordo com os VMA'S estabelecidos na legislação em vigor. Das medições de campo realizadas ao cloro residual registaram-se 144 medições.

Em 2018 a Águas do Lena deu conhecimento público, nos termos legais, dos resultados das análises efetuadas para o controlo da qualidade da água fornecida, através da sua colocação no Posto de Atendimento da Empresa, sob a forma de edital trimestral com o apoio da Câmara Municipal da Batalha e através da página da Internet. Procedeu-se igualmente à divulgação dos resultados analíticos junto da Entidade de Saúde Local e da entidade gestora em Alta Município de Porto de Mós. Foram igualmente enviados com uma periodicidade mensal os relatórios de ensaio a cada um dos clientes selecionados, no âmbito do PCQA.

Anualmente até 31 de março do ano seguinte, os resultados da qualidade da água são igualmente fornecidos à Entidade reguladora, ERSAR, a qual procede à sua divulgação nacional, sob a forma de Relatório Anual (RASARP).

Apresenta-se seguidamente uma síntese dos dados da qualidade da água referente a 2018.

População Abrangida	15 805
População Servida	15 647
Nº de análises regulamentares	631
Nº de análises - controlo operacional	200
% de análises em falta	0,0%
% de análises em incumprimento	0,00%

Área Comercial

Em 2018 a empresa celebrou 444 novos contratos o que, face às 381 baixas de contratos verificadas, resultou num incremento de 63 clientes, tal como podemos observar no quadro seguinte:

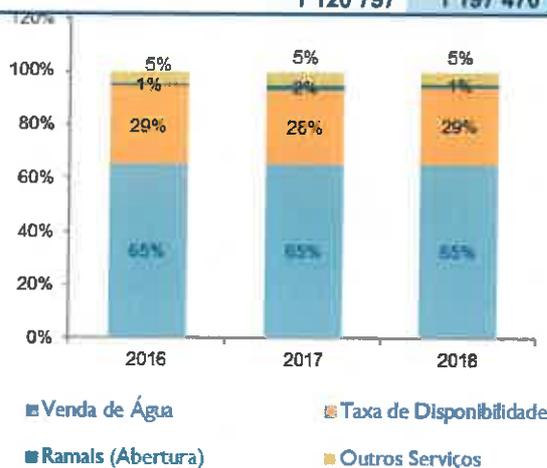


Este incremento, justifica-se provavelmente pelo facto de o concelho da Batalha apresentar alguma oferta a nível de emprego e do mercado imobiliário de arrendamento e de ser um concelho apelativo para a fixação de novos habitantes, face aos concelhos vizinhos.

O Volume de Negócios registou a seguinte evolução:

Vendas e Prestações de Serviços

	2016	2017	2018	Var. %
Venda de Água	730 367	783 345	784 005	0%
Taxa de Disponibilidade	326 578	333 786	342 459	3%
Total Vendas de Água + Taxa Disp.	1 056 945	1 117 131	1 126 464	1%
Ramais (Abertura)	12 559	20 693	16 631	-20%
Outros Serviços	51 294	59 646	54 065	-9%
Total das Prestações de Serviços	63 853	80 338	70 697	-12%
Total de Volume de Negócios	1 120 797	1 197 470	1 197 161	0%



O Volume de negócios da Concessão manteve-se constante face a 2017, com redução na prestação de serviços a ser compensada pela venda de água.

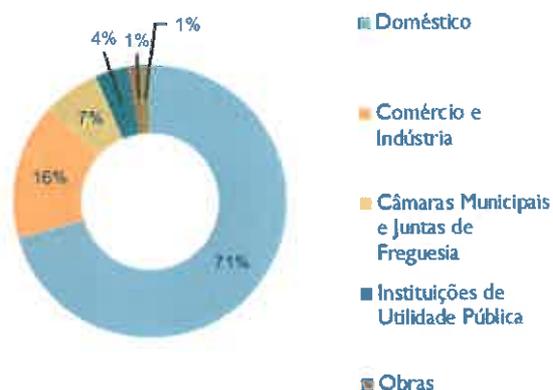
No que se refere a detalhe sobre clientes, a Empresa serviu diversos segmentos dos quais se destaca o segmento doméstico que representa 87 % dos contratos existentes, sendo responsável pelo consumo de 71 % da água vendida, seguido da classe comércio e indústria que representam 8 % dos contratos e 16 % do volume de água. Em termos de peso no volume de venda de água quando comparado com o ano anterior verifica-se uma redução na classe doméstica de 3 % e uma redução de venda de água em alta em 29,4 %.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Tipo de Cliente

	Volume Vendido (m3)	Peso no Total (%)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)	Nº de Clientes	Peso no Total (%)
Doméstico	554 356	71%	735 783	133%	6 862	87%
Comércio e Indústria	126 764	16%	207 650	164%	670	8%
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	52 714	7%	39 367	75%	186	2%
Instituições de Utilidade Pública	30 715	4%	15 008	49%	72	1%
Obras	9 526	1%	33 432	351%	101	1%
Outros	9 734	1%	51 357	528%	30	0%
Água em Baixa	783 809		1 082 596		7 921	
Água em Alta	152 555		43 868		3	
Total	936 364		1 126 464		7 924	

Tipo de Cliente



A nível da modalidade de pagamento, em 2018 a modalidade escolhida pela maioria dos clientes centrou-se na transferência bancária e na modalidade do posto de atendimento/agentes seguindo-se-lhe a modalidade por multibanco. A modalidade de pagamento por *Payshop* regista valores de aderência manifestamente baixos.

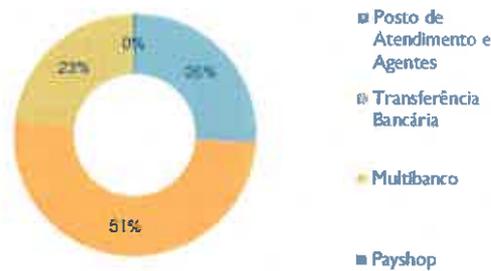
Refira-se ainda que, foram realizadas 280 suspensões de fornecimento e 27 rescisões unilaterais, correspondentes à falta de regularização de dívida de clientes.

Modalidade de Pagamento

	2016	2017	2018	Var. %
Posto de Atendimento e Agentes	26 849	25 995	23 766	-9%
Transferência Bancária	45 033	44 933	46 416	3%
Multibanco	22 805	22 200	20 631	-7%
Payshop	903	1 396	354	-75%
Total	95 590	94 524	91 167	

Handwritten signature and initials

Modalidade de Pagamento



Relações com o Concedente

As relações com a Concedente centraram-se fundamentalmente em assuntos relacionados com o abastecimento de água aos Municípios, nomeadamente no que respeita às melhorias e investimentos no sistema do Concelho, necessários para melhorar a distribuição, em termos de qualidade e quantidade.

Centraram-se igualmente no Reporte anual da atividade desenvolvida ao nível técnico-comercial, operacional e da qualidade da água.

Relações com Outros Interessados no Desempenho da Sociedade

Nas relações com outros interessados no desempenho da comunidade a Águas de Lena, S.A. privilegiou o contacto com diversos agentes com responsabilidades na Sociedade, designadamente com entidades da Administração Pública, Juntas de Freguesia do Concelho (Batalha, Reguengo do Fétal, Golpilheira e São Mamede), com as autoridades de Saúde, representada pela figura do seu Delegado e agentes de cobrança.

ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

Nota Introdutória:

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas do Lena, S.A., no exercício de 2018, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

Análise de Gastos e Rendimentos

A empresa gerou, no ano de 2018, um Resultado Líquido positivo de 22.835 euros, que representa uma redução de 132.606 euros face ao ano anterior. Este decréscimo foi consequência do registo de uma provisão para responsabilidades futuras de valores significativos.



Demonstração dos Resultados

(em euros)

	2016	2017	2018	Var. %
Vendas	1 056 945	1 117 131	1 120 464	1%
Prestações de Serviços	63 853	80 338	70 697	-12%
Volume de Negócios	1 120 797	1 197 470	1 197 161	0%
CMVMC	167 449	172 737	166 507	-2%
Fornecimentos e Serviços Externos	420 048	432 744	452 113	4%
Gastos com o Pessoal	217 557	223 453	238 489	7%
Outros Resultados Operacionais	5 272	1 710	(131 708)	7801%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	321 015	370 247	206 345	-44%
Amortizações	118 345	169 280	179 821	6%
Resultado operacional (RO)	202 670	200 967	26 523	-87%
Resultados Financeiros	(15 832)	(227)	3 360	-1581%
Resultados Antes de Impostos	186 838	200 740	29 884	-85%
Imposto Sobre o Rendimento	42 031	45 299	7 048	-84%
Resultado Líquido do Exercício	144 808	155 441	22 836	-85%

Demonstração dos Resultados

(em euros)

	2016	2017	2018	Var. %
EBITDA Ajustado (Cash-Flow Operacional)	318 316	368 394	334 794	-9%
Margem EBITDA Ajustado	28%	31%	28%	-9%
EBIT (Resultado Operacional)	202 670	200 967	26 523	-87%
Margem EBIT	18%	17%	2%	-87%

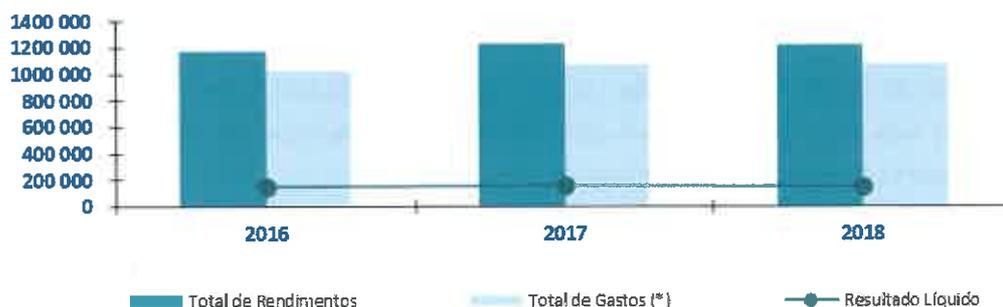
EBITDA Ajustado = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades

Margem EBITDA Aj = EBITDA Aj / Volume de Negócios

Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios

O EBITDA Ajustado (Cash-Flow Operacional) regista uma redução de 9% pelo aumento de gastos com pessoal e FSE e o EBIT (Resultado Operacional) regista um decréscimo de 87% pela constituição de provisão.

Evolução dos Gastos e Rendimentos



O volume de negócios apresenta-se constante face ao ano anterior, subdividindo-se em:

- Aumento das vendas em 1%: com impacto mais significativos dos clientes “Comercio e Indústria” e “obras”.
- Redução de 12% nas prestações de serviços, com maior impacto na abertura de ramais.



Análise do Balanço

Balanço	(em euros)			
	2016	2017	2018	Var. %
Ativo				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	493 388	369 776	213 554	-42%
Contas a Receber	500 000	500 000	500 000	0%
Outros	96	51	29 012	56787%
Total dos Ativos não Correntes	993 484	869 827	742 566	-15%
Contas a Receber	307 142	296 281	304 297	2%
Outros	284 164	476 650	479 728	1%
Total dos Ativos Correntes	591 306	774 931	784 024	1%
Total do Ativo	1 584 790	1 644 758	1 526 591	-7%
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio	731 144	886 585	909 421	3%
Financiamentos Obtidos	361 111	277 778	81 911	-71%
Outros	11 358	8 078	132 692	1543%
Total dos Passivos não Correntes	372 469	285 856	214 603	-25%
Financiamentos Obtidos	83 333	83 333	37 698	-55%
Contas a Pagar	397 843	388 984	384 868	-6%
Total dos Passivos Correntes	481 176	472 317	402 567	-15%
Total do Passivo	853 646	758 173	617 170	-19%
Total do Capital Próprio e do Passivo	1 584 790	1 644 758	1 526 591	-7%

O total do **Ativo** atingiu, no final de 2018, o montante de 1,52 milhões de euros, valor inferior em 7% ao registado no final de 2017.

A redução de 15% dos **Ativos não Correntes**, é justificada pelas amortizações dos ativos intangíveis da concessão. Nos **Ativos Correntes** a redução da dívida de clientes é parcialmente compensada pelo aumento do saldo de Estado a receber.

O **Capital Próprio** aumentou pela incorporação resultado líquido do exercício.

O total do **Passivo** apresenta no final de 2018 o valor de 617 milhares de euros que revela uma redução de 19% face ao ano de 2017. Esta redução é decorrente da amortização dos financiamentos obtidos.

Indicadores

A rentabilidade do Capital Próprio diminui 15p.p. e a rentabilidade do Ativo diminui 8p.p. pela proporção de crescimento do Resultado Líquido em relação ao Ativo e Capital Próprio.

Ao nível dos indicadores de Endividamento, Autonomia Financeira e Solvabilidade cresceram respetivamente 5.7p.p e 30.4p.p.

Indicadores	(em euros)			
	2016	2017	2018	Var. %
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	20%	18%	3%	-15,0 p.p.
Rentabilidade do Ativo (%)	9%	9%	1%	-8,0 p.p.
Autonomia Financeira (%)	46%	54%	60%	5,7 p.p.
Solvabilidade (%)	86%	117%	147%	30,4 p.p.



PERSPETIVAS PARA O FUTURO

O próximo exercício, correspondente ao vigésimo segundo ano de atividade, será caracterizado, na generalidade, pela continuidade de um conjunto de investimentos constantes do aditamento ao contrato de concessão quer pela Concedente quer pela Concessionária.

Como objetivos gerais foram estabelecidos:

Manter/melhorar a qualidade do serviço prestado aos Municípios do Concelho da Batalha, sem prejuízo dos resultados da empresa;

Melhorar resultado líquido;

Reduzir as perdas técnicas;

Reduzir a percentagem da faturação com consumo zero;

Manter uma qualidade da água de 100%;

Como prioridade na gestão da Águas do Lena, no domínio da área económico – financeira, o expectável aumento de rendimentos deverá ser acompanhado pela continuidade no controlo de gastos, sobretudo nos operacionais.

Na vertente técnica operacional, constitui prioridade a continuação do programa de perdas de água, com o objetivo de se obter uma percentagem de perdas $\leq 18\%$.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2018, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Entidade Concedente – Câmara Municipal da Batalha;
- O Acionista AQUAPOR - Serviços, SA, pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram provas no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
- À entidade reguladora, ERSAR, pela sua exigência e contínua atenção no desempenho da empresa;
- Os Trabalhadores de Águas do Lena, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.



OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2018;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2018;
- A sociedade não tem sucursais.

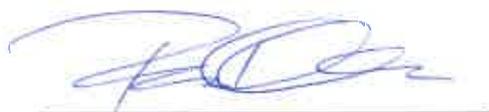


PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2018, no montante de 22.835 euros, tenha a seguinte distribuição:

- Um montante de 1.142 euros, correspondentes a 5% do resultado, para reforço da Reserva Legal;
- A importância sobrança, no valor de 21.693 euros para Resultados Transitados.

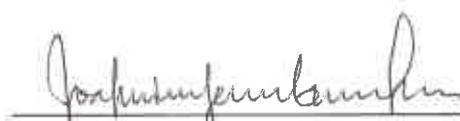
O Conselho de Administração



Eng. Paulo Jorge Almeida Oliveira



Dr. José António Ferreira dos Santos



Dr. Joaquim de Jesus Carmo Gomes

Batalha, 25 de março de 2019

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018 E RESPECTIVO ANEXO

Águas do Lena, S.A.

BALANÇO

Período findo em 31 de dezembro de 2018

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	8	24 295	28 754
Ativos Intangíveis	7	189 259	341 022
Participações Financeiras-Método da Equivalência Patrimonial		104	51
Outros Créditos a Receber	13	500 000	500 000
Ativos por Impostos Diferidos	12	28 908	-
		<u>742 566</u>	<u>869 827</u>
Ativo Corrente			
Inventários	9	22 294	23 979
Clientes	13.1	191 170	219 792
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	51 470	27 447
Outros Créditos a Receber	13.2	61 657	51 042
Caixa e Depósitos. Bancários	4	457 434	452 671
		<u>784 024</u>	<u>774 931</u>
Total do Ativo		1 526 591	1 644 758
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	13.4	625 000	625 000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13.5	2 568 918	2 568 918
Reservas Legais	15.3	28 574	20 802
Resultados Transitados	15.3	(2 335 907)	(2 483 576)
Resultados Líquidos do Período	15.3	22 835	155 441
Total do Capital Próprio		909 421	886 585
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	11	131 587	5 892
Financiamentos Obtidos	13.7	81 911	277 778
Outras Dívidas a Pagar	13.3	1 105	2 186
		<u>214 603</u>	<u>285 856</u>
Passivo Corrente			
Fornecedores	13	86 894	113 030
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	46 257	53 752
Financiamentos Obtidos	13.7	37 698	83 333
Outras Dívidas a Pagar	13.3	231 718	222 201
		<u>402 567</u>	<u>472 317</u>
Total do Passivo		617 170	758 173
Total do Capital Próprio e Passivo		1 526 591	1 644 758

Conselho de Administração





Contabilista Certificado

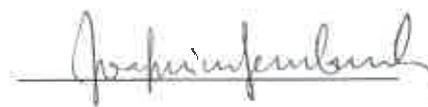



Águas do Lena, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
 Período findo em 31 de dezembro de 2018

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços. Prestados	10	1 197 161	1 197 470
Trabalhos para a Própria Entidade	15.9	6 021	11 763
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(168 507)	(172 737)
Fornecimentos e Serviços. Externos	15.3	(452 113)	(432 744)
Gastos com o Pessoal	14	(238 489)	(223 453)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	(30)	(1 853)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	(128 479)	-
Outros Rendimentos	15.4	11 016	6 723
Outros Gastos	15.5	(20 236)	(14 923)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		206 345	370 247
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.6	(179 821)	(169 280)
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		26 523	200 967
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.7	14 397	16 549
Juros e Gastos Similares Suportados	15.8	(11 037)	(16 776)
Resultado antes de Impostos		29 884	200 740
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(7 048)	(45 299)
Resultado Líquido do Período		22 835	155 441



Conselho de Administração

Contabilista Certificado



		Quantias em Euros					
		Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	625 000	2 568 918	13 562	(2 621 143)	144 808	731 144
APLICAÇÃO DE RESULTADOS							
Constituição da Reserva Legal	2			7 240	137 567	(144 808)	7 240
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	4			7 240	137 567	(144 808)	(7 240)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	5=3+4					155 441	155 441
RESULTADO INTEGRAL	7=1+2+3+4+6	625 000	2 568 918	20 802	(2 483 576)	155 441	155 441
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017							886 585
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	7	625 000	2 568 918	20 802	(2 483 576)	155 441	886 585
APLICAÇÃO DE RESULTADOS							
Constituição da Reserva Legal	8			7 772	147 669	(155 441)	(7 772)
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	10			7 772	147 669	(155 441)	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	11=9+10					22 835	22 835
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						22 835	22 835
RESULTADO INTEGRAL						22 835	22 835
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	13=7+8+9+10+12	625 000	2 568 918	28 574	(2 335 907)	22 835	909 421

Conselho de Administração

[Handwritten signature]

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

Águas do Lena, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Período findo em 31 de dezembro de 2018

Quantias em Euros

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das Atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de Clientes	1 890 904	1 859 497
Pagamentos a Fornecedores	(889 802)	(769 900)
Pagamentos ao Pessoal	(215 890)	(208 621)
Caixa gerada pelas operações	785 213	880 977
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(45 068)	(41 680)
Outros recebimentos / pagamentos	(485 253)	(538 824)
Fluxo de caixa das Atividades operacionais (1)	254 893	300 472
Fluxo de caixa das Atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	(4 625)	(16 219)
	(4 625)	(16 219)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	1	922
	1	922
Fluxo de caixa das Atividades de investimento (2)	(4 624)	(15 296)
Fluxo de caixa das Atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(241 501)	(83 333)
Juros e gastos similares	(4 005)	(8 690)
	(245 506)	(92 024)
Fluxo de caixa das Atividades de financiamento (3)	(245 506)	(92 024)
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4 763	193 152
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	452 671	259 519
Caixa e seus equivalentes no fim do período	457 434	452 671

Conselho de Administração



Contabilista Certificado



Águas do Lena, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros
exceto quando expressamente indicado de outra forma)

1. Identificação da Entidade

A Águas do Lena.S.A., Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho da Batalha, é uma sociedade anónima constituída em dezembro de 1996, tendo como objeto social a exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público do Concelho da Batalha.

A empresa tem a sua sede na Rua Infante Dom Fernando, Lote 10, Batalha, Portugal.

O capital social da Empresa é detido exclusivamente (100%) pela Aquapor – Serviços, S.A., com sede em Lisboa.

Atividade Concessionada

Em 24 de janeiro de 1997 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Câmara Municipal da Batalha e a Águas do Lena, S.A., pelo prazo de 15 anos e mediante uma renda total de 2.294.470 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado “Período de Transição” onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal) teve início no dia 24 de março de 1997. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas do Lena.

No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente.

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa.

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1º e 2º anos: 498.798 Euros; 3º ano e seguintes: 99.760 Euros, sendo atualizada anualmente pela aplicação do IPC.

Em dezembro de 2010 foi estabelecida, entre a Águas do Lena, S.A. e a Câmara Municipal da Batalha, uma Adenda ao Contrato de Concessão, com um conseqüente acréscimo de 8 anos no Contrato, vigorando este até fevereiro de 2020.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2018 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis.

Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros.

E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

(a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista depreciar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2018	2017
Edifícios e outras construções	10%	10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% – 33,33%	10% – 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.



Os custos de desmantelamento e remoção de bens do Ativo Fixo Tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são depreciados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

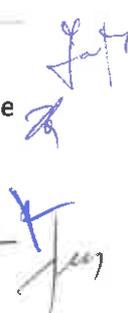
As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão e Outros em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2018	2017
Direitos de Concessão	49,19%	33,37%
Propriedade industrial	33,33%	33,33%
Outros	49,19%	33,37%

O gasto com amortizações de Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.



Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

(b.1) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada

Para os bens (que se materializaram em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,2% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 22,2%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 7% acima deste montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 25,2% e os 27,20%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

(d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Handwritten signatures and initials:
 Fet
 Y
 Jun

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(e) Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;

- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

(e.1) Acionistas/Sócios

Os empréstimos a acionistas encontram-se valorizados ao custo menos imparidade determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.2) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.3) Outras Contas a Receber

As outras contas a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.4) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

(f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(g) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

(h) Rubricas dos Capitais Próprios

(h.1) Capital Subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(h.2) Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

(i) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas às Provisões:

(i.1) Provisões para investimentos de substituição

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa, vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.

(j) Outros Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

(j.1) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

(j.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

(j.3) Outros Créditos a Pagar

Os outros créditos a pagar encontram-se valorizadas ao custo e incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos; e
- Outros credores

(l) Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

(m) Vendas e Prestações de Serviço

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

(m.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;

- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

(m.2) Prestações de Serviços

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

(n) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

(n.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(o) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo.

(p) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(q) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.1 Juízos de valor

(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

(b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

3.2 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos fatos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

(a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.
-

(b) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2018	2017
Caixa	400	400
Depósitos à Ordem	457 034	452 271
	457 434	452 671

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Alcanena</i>	Distribuição de Água	Município de Alcanena
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas do Lena, S.A. correspondente a 100% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas do Lena presta / Transações que faz	Serviços que a Águas do Lena recebe / Transações que recebe
<i>Aquapor Serviços</i>	-	Assistência técnica, aluguer de equipamento, honorários de administrativos e apoio comercial.
<i>Luságua Alcanena</i>	-	Ocupação de espaço
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	-	Análises de Laboratório e trabalhos de manutenção.

A quantia das transações e os saldos pendentes com as partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Compras de Bens	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas
<i>Aquapor Serviços</i>	2018	11 566	141 168		2 151	29 541	500 000
	2017	13 655	140 599		6 628	44 287	500 000
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	2018		18 264			7 683	
	2017		15 075			3 636	
<i>Águas da Azambuja</i>	2018	1 189					
	2017	120			147	630	
<i>Luságua Alcanena</i>	2018		21 515			7 193	
	2017		23 016			12 926	

[Handwritten signatures and initials]

As remunerações da pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2018	2017
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	26 469	32 618
Total de remunerações	26 469	32 618

7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direitos de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Câmara Municipal da Batalha'.

	Direito de Utilização	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Custo:					
1 de Janeiro de 2017	3 478 688	294	67 625	0	3 546 607
Aumentos	1 037	-	-	32 071	33 108
Transferências	32 071	-	-	(32 071)	-
Abates	(3 227)	-	-	-	(3 227)
31 de Dezembro de 2017	3 508 570	294	67 625	0	3 576 489
Aumentos	18 416	-	-	-	18 416
Abates	(9 308)	-	-	-	(9 308)
31 de Dezembro de 2018	3 517 677	294	67 625	0	3 585 597

	Direito de Utilização	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Amortizações e Imparidade:					
1 de janeiro de 2017	3 018 904	294	61 603	-	3 080 801
Amortizações	154 962	-	2 009	-	156 972
Abates	(2 307)	-	-	-	(2 307)
31 de dezembro de 2017	3 171 560	294	63 612	-	3 235 466
Amortizações	166 986	-	1 974	-	168 960
Abates	(8 089)	-	-	-	(8 089)
31 de dezembro de 2018	3 330 457	294	65 586	-	3 396 337

Valor líquido contabilístico:

A 31 de Dezembro de 2018	187 221	-	2 039	0	189 259
A 31 de Dezembro de 2017	337 010	-	4 013	0	341 022
A 1 de Janeiro de 2017	459 784	-	6 022	0	465 804



8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Ativos Tangíveis em curso	Total Ativos Tangíveis
Custo:							
1 de janeiro de 2017	34 916	79 653	19 191	90 016	14 194	-	237 970
Aumentos	-	12 691	-	789	-	-	13 480
Abates	-	-	-	(2 646)	-	-	(2 646)
31 de dezembro de 2018	34 916	92 344	19 191	88 159	14 194	-	248 804
Aumentos	-	952	-	5 450	-	-	6 402
31 de dezembro de 2018	34 916	93 296	19 191	93 609	14 194	-	255 206
Amortizações e Imparidade:							
1 de janeiro de 2017	23 373	75 483	13 896	88 150	9 487	-	210 388
Amortizações	1 924	5 164	3 312	758	1 150	-	12 308
Abates	-	-	-	(2 646)	-	-	(2 646)
31 de dezembro de 2018	25 297	80 647	17 208	86 263	10 637	-	220 050
Amortizações	1 924	5 282	1 242	1 389	1 025	-	10 861
31 de dezembro de 2018	27 221	85 929	18 450	87 652	11 662	-	230 911
Valor líquido contabilístico:							
A 31 de Dezembro de 2018	7 695	7 367	741	5 957	2 532	-	24 295
A 31 de Dezembro de 2017	9 619	11 697	1 983	1 896	3 557	-	28 754
A 1 de Janeiro de 2017	11 543	4 170	5 295	1 866	4 707	-	27 582

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2018	2017
Contratos de aluguer de viaturas	6 406	17 746
	6 406	17 746

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2018	2017
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	6 406	11 340
Mais de um ano	-	6 406
Total dos Pagamentos	6 406	17 746

9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2018	2017
Matérias primas, Subs. e de Consumo	22 294	23 979
	22 294	23 979

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se no quadro seguinte:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de janeiro de 2017	24 645
Compras	172 264
Regularização de inventários	(192)
Existências em 31 de dezembro de 2017	(23 979)
	172 737
Existências em 1 de janeiro de 2018	23 979
Compras	166 939
Regularização de inventários	(118)
Existências em 31 de dezembro de 2018	(22 294)
	168 507

10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2018	2017
Vendas		
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	784 005	783 345
Quota Serviço Água	342 459	333 786
	1 126 464	1 117 131
Prestações de Serviços		
Serviços		
Abertura Água	17 476	19 517
Abertura Ramais Água	16 784	21 079
Outros	36 437	39 742
	70 697	80 338
	1 197 161	1 197 470

A rubrica 'Outros' de Prestações de Serviços engloba Reparações Domiciliárias, Conservação de Contadores / Ramais de Água, Diversos e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.

Handwritten signatures and initials:
 JCT
 P
 A
 Jm

11. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O movimento ocorrido nas provisões, por cada natureza de provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2017	8 107	8 107
Ajustamento temporal	(2 215)	(2 215)
A 31 de Dezembro de 2017	5 892	5 892
A 1 de Janeiro de 2018	5 892	5 892
Aumentos do ano	128 479	128 479
Ajustamento temporal	(2 784)	(2 784)
A 31 de Dezembro de 2018	131 587	131 587

12. Imposto sobre o Rendimento

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2018	2017
Imposto Corrente		
IRC do ano	35 956	45 299
	35 956	45 299
Imposto Diferido		
Originados e objeto de reversão por diferenças temporárias	(28 908)	
	7 048	45 299

Foram reconhecidos no ano ajustamentos de provisões para além dos limites legais sendo que a taxa de média efetiva de IRC é de 112%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes de impostos	29 884	200 740		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,2%	22,2%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	6 634	44 564	22,20%	22,20%
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	2 784	2 215		
	2 784	2 215	(6%)	(5%)
Multas, coimas e juros compensatórios		88		
Provisões para além limites legais	130 453	2 009		
Ajudas de custo por deslocação em viatura própria	1 386			
	131 839	2 098	(102%)	(5%)
Lucro tributável	158 939	200 623		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	33 377	42 131	112%	21%

Tributação autónoma	672	761	2%	0%
Derrama	1 907	2 407	6%	1%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(28 908)		(97%)	0%
	(26 329)	3 168	(88%)	2%
Imposto sobre o rendimento	7 048	45 299	24%	23%

13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos	2018	2017
Não corrente		
Outros Créditos a Receber		
Acionistas - Contrato mútuo	500 000	500 000
	500 000	500 000
Corrente		
Cientes		
Custo	245 185	273 777
Imparidade	(54 015)	(53 985)
	191 170	219 792
Outros Créditos a Receber	61 657	51 042
	252 827	270 834

Instrumentos Financeiros Passivos	2018	2017
Não corrente		
Financiamentos Obtidos	81 911	277 778
Outras Dívidas a Pagar	1 105	2 186
	83 016	279 964
Corrente		
Fornecedores		
Gerais	45 977	42 398
Partes Relacionadas	40 917	61 478
Faturas em receção e conferência	-	9 154
	86 894	113 030
Financiamentos obtidos		
Descobertos bancários	37 698	83 333
Outras Dívidas a Pagar	231 718	222 201
	356 310	418 565

Instrumentos de Capital	2018	2017
Capital	625 000	625 000
Outros instrumentos de capital	2 568 918	2 568 918
	3 193 918	3 193 918

O contrato mútuo médio/longo prazo ao acionista tem como data de vencimento no ano 2019.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2018	245 185	168 446	26 953	(952)	(233)	(1 115)	52 087
Ano 2017	273 777	193 198	33 997	(5 464)	107	1 098	50 841

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2018					
Clientes	53 985	265	0	(235)	54 015
	53 985	265	0	(235)	54 015
Exercício de 2017					
Clientes	52 131	2 143	(0)	(289)	53 985
	52 131	2 143	(0)	(289)	53 985

13.2 Outros créditos a receber

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Outros Créditos a Receber		
Acionistas	500 000	500 000
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	53 950	40 046
Outros	250	3 747
Outros devedores		
Outros	7 456	7 249
	561 657	551 042

13.3 Outras dívidas a pagar

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Outras Dívidas a Pagar - não corrente		
Outros credores		
CM Batalha - Renda Concessão	1 105	2 186
	1 105	2 186
Outras Dívidas a Pagar - corrente		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	29 633	27 489
Electricidade	10 450	7 295
Compra de Água	11 769	2 721
Diversos	10 092	9 742
Outros credores		
CM Batalha tarifas de saneamento	109 390	110 060
CM Batalha resíduos	53 176	54 438
CM Batalha - renda Concessão	2 210	2 173
Outros	4 999	8 284

231 718

222 201

13.4 Capital

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2018	2017
Capital social nominal emitido		
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços S.A.	625 000	625 000
	625 000	625 000

O capital social emitido é composto por 125.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

13.5 Outros Instrumentos de Capital Próprio

Os Outros Instrumentos de Capital Próprio respeitam a prestações suplementares, como se segue:

	2018	2017
Outros instrumentos de capital próprio		
Prestações Suplementares	2 568 918	2 568 918
	2 568 918	2 568 918

13.6 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2018:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
98/189/50466	BPI	2.500	Cartões Galp frota	Petrogal	Cartões
9140.001409.882.0019	CGD	428.966	CMB	Câmara Municipal da Batalha	Concessão

A empresa tem ainda subjacente ao seu Contrato de Financiamento Mútuo com a Caixa Geral de Depósitos uma Garantia de 500.000 euros em que as entidades garantidas são a Lisgarante, Norgarante e Garval.

13.7 Financiamentos

Os financiamentos não correntes e correntes discriminam-se como se segue:

	2018	2017
Não correntes		
Empréstimos bancários		
Santander	81 911	277 778
	81 911	277 778
Correntes		
Empréstimos bancários		
Santander	37 698	83 333
	37 698	83 333

13.8 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
- ▶ Risco de taxa de juro
- ▶ Risco de taxa de câmbio

- ▶ Outros riscos de preço
 - Risco de crédito
 - Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro é diminuta, uma vez que não tem contratados empréstimos bancários. A Empresa utiliza apenas um descoberto bancário para fazer face às dificuldades de tesouraria.

No entanto, consideramos que face aos montantes envolvidos, os possíveis impactos são imateriais.

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2018	2017
Remunerações do Pessoal	186 162	174 038
Indemnizações		836
Encargos sobre Remunerações	38 764	36 486
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	2 476	2 318
Gastos de ação social	7 996	7 406
Outros gastos com o Pessoal	3 090	2 370
	238 489	223 453

Durante o ano de 2018 o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 14 (2017: 13 pessoas).

15. Outras Informações

15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Saldo a Receber		
Imposto sobre o rendimento		
Retenções Imposto sobre Rendimento	959	1 706
IVA	50 511	25 741
	51 470	27 447
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	35 956	45 299
Retenções Imposto sobre Rendimento	1 361	1 017
Contribuição para a Segurança Social	3 993	3 970
Outras Tributações	4 947	3 466

15.2 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de janeiro de 2017	13 562	(2 621 143)	144 808	(2 462 774)
Remanescente da aplicação de Resultados	7 240	137 567	(144 808)	-
Resultado do ano	-	-	155 441	155 441
Saldo em 31 de dezembro de 2017	20 802	(2 483 576)	155 441	(2 307 334)
Saldo em 1 de janeiro de 2018	20 802	(2 483 576)	155 441	(2 307 334)
Aplicação de resultados	-	147 669	(155 441)	(7 772)
Remanescente da aplicação de Resultados	7 772	-	-	7 772
Resultado do ano	-	-	22 835	22 835
Saldo em 31 de dezembro de 2018	28 574	(2 335 907)	22 835	(2 284 498)

15.3 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Subcontratos	14 724	15 728
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	164 421	152 539
Publicidade e propaganda	-	49
Vigilância e segurança	1 868	1 867
Honorários	2 880	2 850
Comissões	530	666
Conservação e reparação	33 771	41 288
Outros	784	1 454
Materiais		
Ferramentas e utensílios	-	70
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	2 350	962
Artigos para oferta	53	577
Energia e fluídos		
Eletricidade	107 710	102 369
Combustíveis	10 746	12 633
Água	9 048	-
Outros Fluidos	8 705	5 572
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	1 076	332
Transportes de Pessoal	-	-
Transportes de Mercadorias	-	20
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	37 235	33 943
Comunicação	30 721	32 197
Seguros	10 663	11 090
Contencioso e notariado	360	1 353
Despesas de representação	-	206
Limpeza, higiene e conforto	2 377	2 460
Outros	12 091	12 518

452 113

432 744

15.4 Outros Rendimentos

A rubrica. Outros Rendimentos decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Rendimentos Suplementares		
TRH	7 223	4 825
Outros	3 7923	1 899
	11 016	6 723

15.5 Outros Gastos

A rubrica. Outros Gastos decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Impostos	12 878	11 946
Dívidas incobráveis	912	1 270
Perdas em Inventários	118	192
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros		
Abates	1 219	920
Outros		
Outros Não Especificados	5 109	595
	20 236	14 923

15.6 Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	10 861	12 308
Ativos Intangíveis	168 960	156 972
	179 821	169 280

15.7 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Juros Obtidos		
De Depósitos	1	511
De Financiamentos concedidos	11 316	13 655
Atraso de pagamento de clientes	251	105
Outros Rendimentos Similares	2 829	2 277
	14 397	16 549

15.8 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	3 851	9 048
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Serviços Bancários	4 452	2 287
Comissões Garantias	2 734	5 441
	11 037	16 776

15.9 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2018	2017
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	6 021	11 763
	6 021	11 763

16. Aspetos Ambientais

Em 2018 a empresa não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2018 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

17. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 25 de março de 2019.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração.

Desde 31 de dezembro de 2018 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

Handwritten signatures and initials in blue ink.

- a) Em obediência ao disposto no n. 2º do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n. 4º do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2016, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2018, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2019, nos prazos legais.

Conselho de Administração



Contabilista Certificado



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Lena, Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho da Batalha S.A., (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1.526.591 euros e um total de capital próprio de 909.421 euros, incluindo um resultado líquido de 22.835 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Águas do Lena, Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho da Batalha S.A., em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

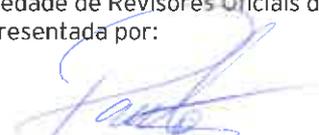
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 3 de abril de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)
Registado na CMVM com o nº 20160944

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas do Lena, Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho da Batalha S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Empresa;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas e dos colaboradores da Empresa;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal das contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:





Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização da Águas do Lena, Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho da Batalha, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2018 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2018 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de dezembro de 2018, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 3 de abril de 2019

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:

Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)
Registado na CMVM com nº 20160944